

## APRESENTAÇÃO

O presente dossiê *Mundo do Trabalho na Sociedade Contemporânea* visa debater o novo e precário mundo do trabalho, a partir das implicações das grandes mudanças tecnológicas e organizacionais sobre as condições materiais de existência, bem como no plano da subjetividade das classes trabalhadoras. O ponto de partida é que temos um mundo do trabalho em crise, que é mais complexo, heterogêneo, e marcado por profundas contradições, que se inscrevem numa lógica destrutiva do capital e que afetam diretamente os trabalhadores. O sistema sociometabólico do capital, em pleno século XXI, não oferece uma perspectiva plausível para a humanidade.

Os princípios neoliberais da flexibilidade dos empregos e dos horários de trabalho ou o modelo toyotista de organização do trabalho têm impactado sobremaneira a realidade social contemporânea, trazendo como consequência o desmantelamento do “Estado de bem-estar social”, a flexibilização e a precarização do trabalho, impondo estratégias gestonárias como elementos ideológicos e controladores da subjetividade dos assalariados; processos de fragmentação e transformismo em curso nas organizações sindicais; além das dificuldades para o acesso a direitos no trabalho doméstico. Mas o avanço do toyotismo não para aí: ele prossegue com a revolução informacional implicando em outras transformações, tais como a implementação do padrão científico e tecnológico, a flexibilização, intensificação e precarização do trabalho e uma profunda desregulamentação da legislação existente. Neste dossiê também contamos com a contribuição de pesquisadores com artigos que tratam outras temáticas e perspectivas históricas.

O artigo *Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia (1998-2011). História oral, memórias operárias e trabalho em modificação*, de Sérgio Paulo Morais trata de interligações entre a privatização de uma planta siderúrgica das Forjas Acesita, em 1998, por uma companhia alemã, e a reestruturação do modo de trabalho operário. Tal fato é analisado a partir de entrevistas produzidas, entre 2010 e 2011, com três operários que viveram esse processo de modificação em dupla circunstância, pois eram trabalhadores da empresa e, ao mesmo tempo, estavam à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, Minas Gerais. Ao destacar vestígios de mudanças nas políticas sindicais, o texto aborda memórias, acontecimentos e interpretações que indicaram alterações nas sociabilidades entre antigos e jovens metalúrgicos. Por fim, destaca ações de novos sujeitos e incipientes avaliações sobre os rumos que o Sindicato deveria tomar para combater a dissolução da categoria frente às imposições colocadas pela Globalização da economia. Pelo exposto, o autor aponta para a lógica destrutiva do capital sobre o mundo do trabalho.

Com o artigo *Dor, futebol e relações de poder: analisando consensos, revelando conflitos*, os autores, Leonardo Turchi Pacheco e César Teixeira Castilho procuram refletir sobre as narrativas da medicina e fisioterapia esportiva para dar sentido a dores e lesões nos corpos de atletas de futebol. Os autores citam Le Breton, que trabalha com a antropologia

da dor, possibilitando um bom diálogo com as Ciências Sociais, além do sociólogo Pierre Bourdieu, que desenvolveu várias pesquisas sobre questões como sofrimento, precarização e flexibilização do trabalho. O sofrimento no trabalho, e sua relação com a somatização, tem sido estudado pela sociologia do trabalho a partir de autores como Giovanni Alves, Helena Hirata e com base na metodologia da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours. Com isso, os autores realizam a análise de dois consensos e um protocolo – consensos de Doha e Munique, e do protocolo FIFA11+ – aos quais foram apresentados em uma palestra de fisioterapeutas esportivos de um grande time de futebol da capital paulista. Fundamentados nesses documentos e nos dados coletados na palestra, os autores exploram as relações de poder e os conflitos entre alguns atores do campo esportivo na tentativa de propor uma classificação e uma sensação legítima de dor e de lesão nos corpos dos atletas. Concluem que, através da linguagem legítima e autorizada, os discursos sobre a dor e a lesão adquirem um estatuto de verdade, enquadrando os atletas a experimentarem sua condição de sujeito, quando lesionados, em uma das categorias construídas pelos consensos.

O artigo *E. P. Thompson, a new left e a dialética da liberdade/necessidade histórica*, de Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos e Ruben Maciel Franklin, procura analisar as inquietações que atravessaram o pensamento do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson, abrindo um diálogo bibliográfico com autores que nos possibilitam debater como determinados temas foram trabalhados e discutidos pela esquerda marxista britânica. Nesse sentido, os temas são: determinação social, cultura & antropologia, “elitismo intelectual” e questões pertinentes ao materialismo histórico marxiano. De acordo com os autores, o entrecruzamento dessa gama de preocupações circunscreve a coerência interna da obra “thompsoniana” num intervalo grande de tempo (entre os textos da *The New Reasoner* e os da década de 1970), com frentes de contestação que transitaram do stalinismo para o estruturalismo, assumindo posições consistentes quanto à pesquisa histórica e aos procedimentos do historiador.

Já o trabalho de José de Lima Soares, *As diferentes formas de resistência e luta das organizações dos trabalhadores contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar*, tem como objetivo central analisar os sindicatos durante o período da ditadura, bem como as diferentes formas de luta que se desenvolveram no Brasil contra a repressão política que se impôs contra os trabalhadores. Tal repressão política contou com os aparelhos do Estado e também com a participação de empresas privadas, nacionais e estrangeiras (como no caso da Volkswagen). Partimos da premissa de que os trabalhadores, mesmo com os sindicatos sob a tutela do Estado e submetidos ao controle do peleguismo, cumpriram um papel importante, buscando se organizar nos locais de trabalho, muitas vezes até na clandestinidade, no sentido de construir a unidade de classe contra a exploração capitalista e o arrocho salarial. Tudo isso, em uma conjuntura política difícil, em que os militantes, sindicalistas, estudantes, eram perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos.

Fábio Francisco de Almeida Castilho, com seu artigo *Escravidão e violência: crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo*, procura analisar a representação escrava nos periódicos alagoanos

no período final do escravismo, em especial, as notícias encontradas em *O Jornal de Penedo*, que repercutiam a ocorrência de três crimes de tentativa de assassinato praticados por cativos naquela freguesia no ano de 1875. Ao nos debruçarmos sobre este mote, encontramos informações relevantes do período de crise do escravismo no país tomando por recorte espacial o interior de Alagoas. A cidade de Penedo, localizada às margens do Rio São Francisco, teve seu desenvolvimento econômico impulsionado pela navegação a vapor que conectava o seu porto fluvial aos principais portos oceânicos da época, reforçando sua posição de entreposto comercial entre o interior do Rio São Francisco e o comércio de cabotagem nacional em um contexto de intensificação do tráfico interprovincial na segunda metade do XIX. Com a análise dos crimes violentos e fugas relatados nos periódicos, buscamos compreender o papel dos escravizados naquela sociedade e suas formas de busca por autonomia e estratégias de negociações, vislumbrando o papel do cativo enquanto sujeito histórico.

O autor Marcos Antonio de Menezes, em seu artigo *Goyaz urbano na primeira metade do século XIX: imagens dos viajantes*, mostra o surgimento das cidades na província de Goyaz e a forma como elas aparecem nas narrativas dos viajantes do século XIX. Afirma que os pioneiros viajantes, notadamente europeus, foram os interessados em retratar as paisagens e cidades brasileiras no século XIX, período em que elas passavam por grandes transformações. Transformações que não atingiram todas as cidades da ex-colônia e nem as da província de Goyaz, o que levou quase a totalidade dos viajantes que as visitou a fazer uma descrição indicando o atraso material a que estava submetida toda a região e apontando seus habitantes como “preguiçosos” e assim responsáveis pelo atraso. Na senda da marca de origem do atraso e do progresso, da tradição e modernidade, o autor afirma que o viajante Oscar Leal, um dos últimos a passar por Goiás, já em 1882, não mais fala de decadência, mas sim de progresso. Quando de sua passagem por Jataí, o que ele anota sobre a cidade do Sudoeste goiano são suas modernidades.

O artigo *Religião e ação política: uma perspectiva arendtiana da constituição da pluralidade no espaço público*, de Ricardo Gião Bortolotti, faz uma análise do espaço político, que é caracterizado pela pluralidade de opiniões. Cenário em que a liberdade deve manifestar-se na expressão de cada um, conforme a singularidade de sua opinião frente à pluralidade que define a comunidade. O autor, na esteira de Hannah Arendt, afirma que políticas totalitárias impedem a livre expressão, influenciando modos de pensar mecanizados, uma vez que ideias abstratas e universais dirigem a conduta do indivíduo. Assim, na concepção do autor, Hannah Arendt procura pensar nas condições que não só originaram políticas destrutivas, mas também a tradição filosófica que influenciou o modo de conceber a história e, com ela, a trajetória da liberdade. A preocupação com a cidade, conforme o modelo da *polis* grega, foi substituída pelo cuidado com a qualidade de vida. Ricardo Gião Bortolotti afirma que é nesse palco que é possível compreender o papel da religião na cena política. E, além disso, também buscamos esclarecer algumas expressões próprias da religião, as quais Arendt utiliza na arena política.

Para concluir este número da OPSIS, contamos com o artigo de Marcos José Diniz Silva, *História da maçonaria: memória coletiva, escrita histórica e legitimação de uma potência no Ceará*, que versa sobre a história da Maçonaria, a partir das publicações da Grande Loja

Maçonica do Estado do Ceará sobre sua história como história da Maçonaria. A análise centra-se em cinco narrativas de autores vinculados à Maçonaria local publicadas nos anos de 1973, 1977, 1987, 1998 e 2008. Discute, numa perspectiva historiográfica, o fato de que tais narrativas se inseriam naquilo que Maurice Halbwachs chama de memória coletiva, ou memória de grupo, na medida em que os trabalhos denotam um esvaziamento da reprodução da memória coletiva entre seus membros e sua transplantação para narrativas históricas, ou memória histórica da instituição, na qual dominam interpretações que produzem e reforçam a hegemonia dessa corrente maçônica em detrimento da outra vinculava ao Grande Oriente do Brasil.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores que participaram desta elaboração, contribuindo para que a OPSIS siga sendo uma revista marcada pela interdisciplinaridade e pluralidade de ideias, reunindo uma vasta gama de cientistas sociais, historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Esperamos, ainda, que os trabalhos deste número estimulem o diálogo entre professores, alunos e pesquisadores no sentido de um maior aprofundamento do campo científico.

Boa leitura!

Dr. José de Lima Soares  
Julho de 2018